DECOLONIALIDADE, GEOGRAFIA E CAPOEIRA ANGOLA: POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO.

Vinícius Belquiman Pereira [1]
Margarida de Cássia Campos [2]

[1] Universidade Estadual de Londrina; Londrina, Paraná – E-mail: vinicius.belquiman@uel.br ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3924-550X
[2] Universidade Estadual de Londrina; Londrina, Paraná – E-mail: mcassiacampos@uel.br ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4082-6037

RESUMO EXPANDIDO

A capoeira angola é relacionada a ancestralidade e cosmologias de culturas que foram historicamente subjugadas pela colonização. Ela sempre foi resistência, especialmente no contexto geográfico brasileiro. Além disso, se reconhece que o ordenamento espacial no Brasil precisa ser analisado pela indissociabilidade dos sistemas de poder como capitalismo, colonialismo e cisheteronormatividade, dentre outros. Como a capoeira angola pode criar estratégias de resistência perante este projeto de poder? Quais diálogos são possíveis entre a Geografia e a capoeiragem?

Essa pesquisa busca traçar conexões entre a ciência geográfica, a decolonialidade e a capoeira angola. Para isso, são apresentadas considerações sobre o desenvolvimento da geografia moderna e suas relações com o colonialismo e colonialidade. Por fim, sugerimos entender a capoeira angola como uma prática decolonial.

Articular decolonialidade, geografia e capoeira angola é construir uma ciência que não se pretende universal, como nos moldes modernos, no sentido de um conhecimento superiormente hierárquico. Trata-se de um processo de "reconstrução epistemológica" como apresenta Quijano, 1992, onde a ideia é entender o sábio "campo de mandingas" da capoeira e relacioná-lo com conhecimentos geográficos.

Este trabalho está associado à pesquisa "Espacialidades do corpo que ginga: a prática da capoeira angola na cidade de Londrina - PR", em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (PPGEO-UEL), à nível de mestrado. É valioso ressaltar que fala-se de capoeira angola a partir, especialmente, do Centro Esportivo Capoeira Angola (CECA - Londrina), que tem como referência os ensinamentos do mestre João Pequeno de Pastinha. A perspectiva é que a partir do mapeamento de tais práticas na cidade se possa verificar quais são os tensionamentos que a capoeira angola provoca no âmbito da vida urbana londrinense. Espera-se atingir esse resultado a partir de entrevistas semiestruturadas e da confecção de *Relief Maps* (Rodó-De-Zárate, 2016), onde as pessoas praticantes terão suas espacialidades cartografadas. Outro ponto importante são as anotações feitas em diário de campo, junto da observação participante, sobre ensinamentos que a prática da capoeira angola proporciona. A ideia é interpretar essas informações como um material escrito sobre os ensinamentos que, via de regra, são passados a partir da oralidade. Assim, pretende-se aproximar o campo científico da geografia dos conhecimentos situados na capoeira angola. Por hora, pudemos verificar o fato de que o projeto

colonial está intrinsecamente ligado à Geografia, e que ele exerce incisivas tentativas de marginalização de práticas e corpos indesejados.

Há décadas, Quijano (1992) anunciava a crise do paradigma ocidental da modernidade/racionalidade e, atualmente, a geografia se vê desafiada a produzir conhecimentos para explicar situações complexas. Um breve exemplo são os debates em torno da problemática existência de pessoas morando nas ruas, calçadas e outros espaços públicos urbanos. São questões que exigem das ciências, e da elaboração de políticas públicas, discussões de muita seriedade, mas o que se encontra, em alguns casos, é uma rasa compreensão crítica sobre o assunto. Isso pode ser notado em alguns textos legislativos, como a Lei nº 13.998/2025 (Londrina, 2025), o Projeto de Lei nº 92/2024 (Londrina, 2024) e a Proposição 005.00040.2025 (Curitiba, 2025). Tais propostas se pautam em uma visão higienista e em ações mitigatórias, já que não questionam as causas dos problemas, como as questões relacionadas à pobreza, miséria e efeitos deletérios do racismo e machismo estrutural nessas cidades paranaenses, entre outros pontos. Fato é que a própria ciência, de padrão moderno-colonial, precisa se reconciliar com as epistemes que foram subjugadas, invisibilizadas e negadas desde a invasão colonial.

Para analisar os temas da Geografia pela teoria crítica decolonial é necessário fazer uma breve reconstrução sobre o projeto colonial que subjugou o território americano desde o século XV, e a permanência das relações coloniais mesmo após a independência, fenômeno denominado por Quijano (1992) de colonialidade do poder. Esta atua de diversas maneiras, incluindo nas esferas do conhecimento, nas relações políticas e econômicas e na subjetividade dos indivíduos. Os processos coloniais foram de fundamental importância para o estabelecimento da época moderna, do desenvolvimento capitalista e da fundação da racionalidade européia como *lócus* do pensamento científico. Justamente por isso é que o sociólogo peruano insiste num complexo indissociável da colonialidade e modernidade/racionalidade.

> Durante o mesmo período em que se consolidava a dominação cultural europeia foi sendo constituído o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia, o qual foi estabelecido como um paradigma universal de conhecimento e de relação entre a humanidade e o resto do mundo. Tal concomitância entre a colonialidade e a elaboração da racionalidade/modernidade não foi, de modo algum, acidental, como o revela o modo mesmo em que se elaborou o paradigma europeu do conhecimento racional. Na realidade, teve implicações decisivas na constituição do paradigma, associada ao processo de emergência das relações sociais urbanas e capitalistas. (Quijano, 1992, p. 4)

O desenvolvimento capitalista e a modernidade estão intimamente ligados, e as ciências tiveram papel fundamental neste processo. Não é diferente no caso da geografia. Caberia dizer, inclusive, que a ciência geográfica tem papel determinante nas atividades coloniais e capitalistas, após sua sistematização no final do século XIX. Quando Quijano (1992, p. 4) nos apresenta "o complexo cultural conhecido como racionalidade/modernidade europeia", está justamente se referindo à essa gênese que tornou indissociável a razão, o moderno e o poder colonial. Falar de colonialismo é abordar algo que abrange diversas facetas de dominação, e a produção do conhecimento é uma delas.

A partir da leitura de Berdoulay (2016) podemos traçar a relação do desenvolvimento da ciência geográfica com o projeto colonial. No contexto francês, o autor apresenta o papel das várias sociedades de Geografia na expansão colonial dos países da Europa. A *Société de Géographie de Paris, Société de Géographie Commerciale* e a *Société de Géographie de Lyon* são casos de instituições que tinham suas atividades ligadas aos interesses coloniais.

> O número de membros da *Société de Géographie de Paris* aumentou muito rapidamente depois de 1871 quando ela anunciou publicamente que não se limitaria mais aos trabalhos de pesquisa e de erudição, mas que iria também difundir o interesse pela geografia, a fim de trazer seu apoio ao movimento colonial. [...] essa sociedade declarou oficialmente que 'a honra nacional', a 'prosperidade comercial' e 'os interesses da ciência' se confundiam. (Berdoulay, 2016, p. 38)

Em suma, podemos considerar que a geografia desempenhou um papel crucial no colonialismo francês, bem como na propagação do racismo científico, durante a Conferência de Berlim e no movimento neocolonial e suas práticas expansionistas no continente africano. Também considera-se que o colonialismo tem influência na própria constituição da Geografia como campo científico autônomo, já que seu "surgimento" é atrelado justamente ao período do auge das ideias do racismo científico, segunda metade do século XIX. Ou seja, o movimento colonial e a história do pensamento geográfico são concomitantes e congêneres.

Ainda de acordo com o autor, destacam-se as primeiras publicações na *Annales de Géographie,* periódico fundado em 1891 que deu "ânimo a uma escola de geografia coerente e original" - um veículo de publicação dirigido por Marcel Dubois e Vidal de La Blache que desempenhou um papel crucial no colonialismo, defendendo abertamente a expansão territorial nas colônias (Berdoulay, 2016). Nesse sentido, entende-se que o próprio possibilismo geográfico e as ofensivas coloniais se influenciaram mutuamente. O ser humano, nesta perspectiva, foi colocado em um papel central e desvinculado da natureza. E, junto a isso, entendia-se que as sociedades que diferiam do modelo europeu-moderno estavam atrasadas nesta relação com o meio, e assim era justificável levar um certo progresso civilizatório para esses territórios-colônias, onde a natureza ainda exercia um papel central. "A ideia primordial de progresso, a concepção eurocêntrica da história humana e a aceitação da colonização como uma atividade normal predispuseram os que estudavam o homem e a natureza a adotar concepções evolucionistas" (Berdoulay, 2016, p. 60), nos aponta o autor, ao citar o uso do método comparativo na ciência geográfica para justificar uma suposta superioridade civilizatória das sociedades europeias.

Para considerar o pensamento geográfico que se desenvolve no Brasil, precisamos levar em conta a influência do possibilismo francês. A história da geografia brasileira têm um marco importante a partir das primeiras universidades em território nacional, e estas contaram com a contribuição de pesquisadores franceses que lecionaram nestas instituições de ensino superior. Moraes (2005) faz um percurso interessante sobre a história da geografia no Brasil e, para o autor,

> a 'ciência' aparece como uma forma tardia e recente de apresentação do conhecimento legítimo. Uma forma associada à emergência da economia-mundo capitalista, e datada na época moderna, um resultado e uma alavanca da modernidade, da qual é um dos elementos caracterizadores. Uma determinada concepção laica de razão - a razão objetiva, ou racionalismo - aparece inicialmente como um pressuposto dessa forma específica de saber: o conhecimento científico. (Moraes, 2000, p. 3)

É importante ressaltar tal ponto pois, o que o autor nos apresenta, é justamente aquilo que discutimos a partir de Berdoulay (2016): o conhecimento científico (geográfico) se consolidou enquanto única forma legítima de saber, amarrado ao mundo moderno-ocidental. A racionalidade geográfica serviu à expansão colonial e promoveu a incorporação de outros continentes em primitivas relações capitalistas de dominação. Ou seja, não podemos nos apegar ao discurso da ciência moderna enquanto neutra, como se ela tivesse surgido espontaneamente por mero acaso do exercício do pensar. E, sobretudo, a ciência pensada exclusivamente a partir da racionalidade europeia. O que temos enquanto saber geográfico constituído é, na verdade, resultado de um intencional processo de sistematização, de um projeto colonial que se baseou na expansão de territórios de dominação pela Europa, na imposição de um modo de produção capitalista e de uma racionalidade específica que anulou outras formas de conhecimento. Ou seja, a relação entre geografia, modernidade e colonialismo é mais que íntima, é intrínseca, "é essa proposta de geografia-ciência que se difunde com a própria ocidentalização do mundo." (Moraes, 2000, p. 3).

A provocação aqui, neste sentido, é de pensar as formas como produzimos geografia na realidade brasileira. Um convite para situar o nosso fazer científico de maneira mais sincera e crítica, pensando a partir do lugar em que estamos. Para Moraes (2000), o fato é que existe uma

diferenciação entre geografias brasileiras e geografias feitas no Brasil. O autor defende que falar em "geografias brasileiras" exige uma melhor problematização e elucidação histórica e filosófica, considerando o contexto no qual estamos inseridos. Para o pesquisador, muitas vezes, a geografia brasileira se comporta num caráter "reativo", "mimético" e "periférico". É contra esse sentido que pensadores latino-americanos vem produzindo ciência a partir da decolonialidade, desfocando o olhar do eurocentrismo e da modernidade.

É nesse sentido que sugerimos o diálogo da geografia com a capoeira angola a partir da decolonialidade. É importante identificar e valorizar as raízes africanas de nossas culturas e dos conhecimentos aqui produzidos. Para que a capoeira fosse presente hoje, foi necessário muita luta e resistência do povo negro nas terras brasileiras. Ela foi constituída na realidade da escravização no Brasil, enquanto uma poderosa tecnologia de organização social, de transmissão de saberes e de fortalecimento de corpos subjugados, para que assim resistissem ao projeto colonial, moderno e capitalista de promoção de extermínio tanto de pessoas negras e indígenas como de seus conhecimentos e práticas sociais. Neste sentido, como a geografia pode dialogar com tais preocupações? De que maneira podemos compreender a prática da capoeira angola no espaço geográfico, pensando em suas potencialidades de tensionamento e resistência?

Sobre o projeto colonial no Brasil e sua repressão às manifestações populares, especialmente as de origem africana e indígena, podemos citar algumas fontes documentais e jurídicas que dizem respeito, direta ou indiretamente, à prática da capoeira. O caso mais explícito diz respeito aos artigos de n° 402, 403 e 404, do Código Penal de 1890, da Primeira República do Brasil, que versava sobre os "Vadios e Capoeiras", criminalizando o ato de se "fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem" (Brasil, 1890). Além desta legislação, destaca-se o "Capítulo 4° - Vadios e Mendigos" do Código Criminal do Império do Brasil (Brasil, 1830), além do artigo n° 59, do Decreto-Lei n°3.688, de 1941, que trata sobre o delito de "vadiagem" (Brasil, 1941).

Do ponto de vista deste trabalho, praticar capoeira angola pode ser um tensionamento nas relações de opressões, originárias do processo de colonização, e que estão presentes ainda hoje. Trata-se de um conjunto de saberes que perduram séculos no território brasileiro, apesar da perseguição. Sua principal forma de conservação é o saber popular constituído em comunidade, especialmente a partir da oralidade. Sobretudo, tem-se uma preocupação em tratar a capoeira angola espacialmente, e com isso, estabelecer diálogos entre o saber popular e o científico-geográfico. A principal intersecção que será feita, posteriormente, é entre o corpo e sua relação com o espaço. Se considera que a ciência, de uma maneira geral, e a geografia em particular, está intrinsecamente ligada ao colonialismo e à colonialidade.

PALAVRAS-CHAVE

Colonialismo; (de)colonialidade; pensamento geográfico; capoeira angola.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Um agradecimento à toda comunidade angoleira, por cultivar ensinamentos tão valiosos.

REFERÊNCIAS

Berdoulay, V. (2016). O movimento colonial. In V. Berdoulay, *A escola francesa de geografia: Uma abordagem contextual* (O. B. Amorim Filho, Trad., pp. 31–64). Perspectiva.

Brasil. (1941). *Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941: Lei das contravenções penais*. Presidência da República.

Brasil. (1890). *Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890: Promulga o Código Penal*. Presidência da República.

Brasil. (1830). *Lei de 16 de dezembro de 1830: Manda executar o Código Criminal.* Assembléia Geral Legislativa.

Curitiba (Município). (2025). *Proposição 005.00040.2025, de 09 de janeiro de 2025: Dispõe sobre a proibição, no âmbito municipal, a instalação de barracas, colchões e similares que configurem moradia ou abrigo ainda que em caráter provisório, ou não, em vias públicas e/ou qualquer outro espaço que não seja destinado para esse fim.* Câmara Municipal de Curitiba.

Londrina (Município). (2025). *Lei nº 13.998, de 13 de outubro de 2025: Dispõe sobre o uso adequado das praças e vias públicas, bem como sobre segurança em logradouros públicos do Município de Londrina, e dá outras providências.* Prefeitura Municipal.

Londrina (Município). (2024). *Projeto de Lei nº 92/2024: Dispõe sobre a entrega de doações e alimentos em vias públicas de Londrina e dá outras providências.* Câmara Municipal de Londrina.

Moraes, A. C. (2005). Geografia, história e história da geografia. In A. C. Moraes, *Território e história no Brasil* (2ª ed., pp. 19–34). Annablume.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad-racionalidad. In H. Bonillo (Comp.), *Los conquistados* (pp. 437–449). Tercer Mundo Ediciones; FLACSO.

Rodó-De-Zárate, M. (2016). ¿Quién tiene derecho a la ciudad? Jóvenes lesbianas en Brasil y Cataluña desde las geografías emocionales e interseccionales. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, *7*(1), 3–20.